

30 NOV 1985

# A partida está dada

Econ. Brasil

Afinal a Nova República passa a ocupar o centro de gravidade do universo social, político e econômico da Nação. As profundas alterações introduzidas nos pontos mais sensíveis de cada um desses segmentos, promovidas pelo "pacote", conferem uma massa crítica ao governo Sarney. Levam para os grandes desafios nacionais uma proposta que conduz o País "quase ao final das mudanças institucionais que todos nós prometemos", assegurou o Presidente da República, ao assinar a mensagem encaminhando a proposição ao Congresso Nacional e dando a dimensão que confere abrangência às iniciativas que irá adotar, com a aprovação do Poder Legislativo — bem como àquelas que foram baixadas mediante decretos e em cujos provimentos a ação administrativa poderá ser desencadeada imediatamente. Houve o impacto sobre as mordomias que se eternizavam entre nós, passando por uma completa revisão do sistema fiscal, por uma ampla reavaliação de postura perante os bolsões de pobreza do País e avançando no sentido da privatização de empresas públicas, sem prejuízo de outras medidas de revisão completa de conceitos e de propósitos e sobre problemas crônicos, bisonhamente tratados. Constatam-se uma evolução de tratamento e um incontroverso propósito de revisão para melhor. Com dominação sobre o social.

"O País voltou aos trilhos e agora é a vez de mudanças importantes e ambiciosas no setor público". Consciente do grande passo dado no sentido de conciliar os planos de ação governamental com as pregações assumidas em praça pública nos instantes épicos

das "Diretas Já", o presidente José Sarney se fez o arauto de medidas drásticas no setor público a serem realizadas através de um governo ágil, dinâmico, presente, desenvolvimentista e apto para o "novo compromisso da Nova República: construir um grande País".

Não se trata de posicionamento meramente retórico, nem de colocações de circunstância. Isto porque no conjunto de providências mandadas adotar e nas autorizações solicitadas ao Congresso Nacional descortina-se, efetivamente, uma paisagem nova, uma visão renovada das instrumentações do Estado voltando-se para ajustes até aqui inéditos entre o processo gerador de riquezas e aqueles que o fazem viável e produtivo. O social e o econômico passam a conviver num condominium sustentado por alíquotas paritárias, sem dominações nos meios e nos fins que fazem solidários e afins o capital e o trabalho.

Os propósitos são amplos nos espectros que bloqueiam. O programa é de mudanças. "Saímos da recessão. Acabamos com o arrocho". Os espaços buscados e os objetivos a serem alcançados têm profundidade e abrangência. O segmento social incluindo a saúde, a alimentação e a educação, notadamente voltado para as categorias sociais de baixa renda, receberá provimentos financeiros da ordem de Cr\$ 75 trilhões, numa manifesta intenção de apoiar e dar prioridade de base às populações carentes pela suplementação alimentar em favor de nutrizes a crianças de até quatro anos, assistindo nesse campo a populações superiores a dez milhões de pessoas com gastos de Cr\$ 3 trilhões.

Leite para crianças desnutridas, alimentação popular e creches. Garantia de abastecimento com a formação de estoques reguladores para evitar pressões indesejáveis de origem sazonal sobre os níveis de preços. Ampliação da rede de infra-estrutura de saúde através da construção e do aproveitamento de postos, centros de saúde e unidades mistas. Educação para todos, habitação e saneamento, além do programa da universalização de medicamentos, completam a face social dos projetos atualizados da Nova República.

O empresariado estatal e a própria estrutura burocrática dos serviços públicos vão experimentar nova realidade. Cortes efetivos de despesas, proibição de contratação de pessoal até junho de 1986, restrição irrevogável de carros oficiais, completa revisão para fins de racionalização da administração federal, podendo propor fusões ou extinção de entidades. Também a privatização de empresas públicas e a extinção das economicamente inviáveis, estão programadas para ultimação.

No plano fiscal o Imposto de Renda estará orientado por uma seletividade maior aos ganhos de capital e aos salários privilegiados. Cairão as alíquotas de retenção na fonte, ampliando-se as isenções para as faixas menores. O País aproxima-se de uma ordem econômica nitidamente vinculada à ordem social, com predominância desta última. A integração econômica está sendo buscada pela unidade social. O Homem, nas cogitações da Nova República passa a ser, simultaneamente, o agente e o paciente do processo gerador de riquezas do País.